



CAPA



INFILTRAÇÃO BOLSONARISTA

A REVELAÇÃO DE INFORMAÇÃO PRIVILEGIADA A SEU
CLÃ NO CASO QUEIROZ MANTÉM O PRESIDENTE
ACUADO. E TEM UM VÍDEO A CAMINHO

por ANDRÉ BARROCAL





Recolhido em sua casa paulista, o juiz Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, recebeu na segunda-feira 18 da equipe da delegada Christiane Correa Machado, chefe do inquérito da Polícia Federal sobre o divórcio litigioso de Jair Bolsonaro e Sérgio Moro, um *pen drive* com a gravação de uma reunião ministerial de 22 de abril. Assistiu no mesmo dia e consta que ficou espantado. Há relatos de que a reunião teve desinibição demais e compostura de menos. A disposição de Mello era decidir até a sexta-feira 22, um dia após a conclusão desta reportagem, se liberaria o vídeo para o País ver. Moro pede a divulgação, certo de que será comprovada sua alegação de que Bolsonaro agiu em causa própria ao mudar o diretor-geral da PF de olho, na verdade, em trocar o comando da corporação no Rio de Janeiro, terra do bolsonarismo e de milícias.

Em menos de um ano, a PF fluminense teve dois chefes. Ricardo Saadi, degolado após um chique público de Bolsonaro em agosto de 2019, e Carlos Henrique Oliveira Souza, alvo da primeira decisão do delegado que o presidente botou à frente dos federais no início de maio, Rolando de Souza. Oliveira tornou-se o número 2 da PF e ocuparia o mesmo cargo caso Bolsonaro tivesse conseguido pôr na direção do órgão o delegado de seus sonhos, Alexandre Ramagem, amigo da família. Ramagem foi barrado pelo Supremo, mas antes havia convidado Oliveira para ser seu braço direito, como este contou em um novo depoimento no caso Moro vs. Bolsonaro. Uma promoção que limparia o terreno para o ex-capitão ter alguém seu na chefia da polícia do Rio. “A gente não pode viver sem informação. Quem é que nunca ficou atrás da... da... porta ouvindo o que o seu filho ou a sua filha tá comentando? Tem que

AS REVELAÇÕES DO EMPRESÁRIO PAULO MARINHO, SUPLENTE DE FLÁVIO BOLSONARO, COMPLICAM A DEFESA DO PRESIDENTE

ver pra depois... depois que ela engravidou não adianta falar com ela mais. Tem que ver antes”, disse Bolsonaro na reunião de 22 de abril. A transcrição de suas palavras é obra da Advocacia-Geral da União, defensora do presidente no inquérito do Supremo aos cuidados de Celso de Mello.

O surgimento em cena do suplente do senador Flávio Bolsonaro, o empresário Paulo Marinho, esclarece um pouco mais como o clã presidencial obtém e usa informações privilegiadas.

Marinho depôs à PF na quarta-feira 20 depois de uma entrevista à *Folha* três dias antes. Seu relato detalhado adiciona emoção ao inquérito, sobretudo se combinado com o vídeo da reunião ministerial. Pode até não dar em nada na Justiça, pois o procurador-geral da República, Augusto Aras, único autorizado a acusar o presidente por crime comum, transborda governismo (“palanque eleitoral”, disse sobre a eventual divulgação do vídeo). Mas talvez contribua para desgastar o ibope de Bolsonaro (de 25%, conforme nova pesquisa) e facilitar as coisas para um *impeachment*. De quebra, expõe a infiltração bolsonarista em instituições como a PF e o Ministério Público.

Segundo Marinho, Flávio contou-lhe ter recebido uma dica preciosa de um delegado da PF. Confessou em uma reunião em 13 de dezembro de 2018, testemunhada por dois advogados. No papo, Flávio teria dito que, uma semana após o primeiro turno da eleição de outubro de 2018, seu futuro chefe de gabinete no Senado, o coronel Miguel Angelo Braga Grillo, foi procurado por um delegado federal bolsonarista que queria ajudar.



Marinho, de bolsonarista a neolaliado do governador João Doria



Para ouvir o policial, Flávio teria escalado Grillo, o advogado Victor Alves, hoje seu assessor no Senado, e Val Meliga, irmã de PMs gêmeos que trabalharam antes para o “zero um”. O trio teria ido à sede da PF no Rio e encontrado o delegado na frente do prédio. O policial teria revelado um rolo à vista para Flávio e que seria bom ele começar a se virar, mas que nada ocorreria antes do segundo turno da eleição, para não atrapalhar a campanha presidencial.

O rolo era a presença do ex-PM Fabrício Queiroz, amigo de Bolsonaro desde 1984 e chefe de gabinete de Flávio na Assembleia Legislativa do Rio, em uma papelada da Operação Furna da Onça. Entre outras coisas, essa operação desmontou um esquema de “rachadinhas”, embolso de salário de funcionários da Assembleia por deputados estaduais, cargo de Flávio à época. Prendeu sete parlamentares (outros três já estavam em cana), cada um de um partido, em 8 de novembro, após Jair Bolsonaro ser eleito. Segundo o livro *Tormenta*, sobre o primeiro ano do governo do ex-capitão, de autoria da jornalista Thais Oyama, a informação repassada pelo informante do clã era de que Queiroz tinha aparecido na condição de correntista bancário suspeito em um relatório do Coaf, o órgão federal de combate à lavagem de dinheiro.

Informações privilegiadas, apenas? Um grupo de auditores fiscais sustenta, desde fevereiro de 2019, que o relatório foi feito para tirar o foco de Queiroz. “Se referia apenas a um ano (de movimentação bancária), enquanto nos alvos da Operação Furna da Onça o período investigado era de quatro anos, o que causou estranheza para quem conhecia a sistemática de elaboração dos relatórios do Coaf”, afirmam os auditores. Diante do relato de Marinho, eles dizem ser “quase impossível” que um delegado da PF tenha agido sozinho na ajuda



Moro conta com o vídeo da reunião ministerial para vencer um round contra Bolsonaro

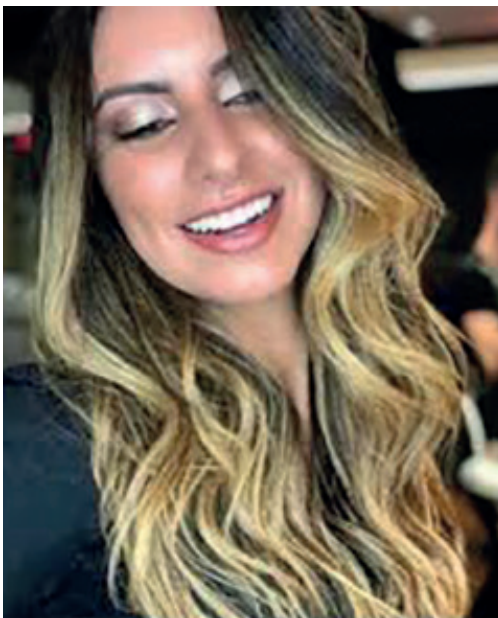
a Flávio e Jair Bolsonaro e para jogar a Operação Furna da Onça para depois da eleição. “As denúncias que vêm à tona agora demonstram”, segundo eles, que o “núcleo da Operação Lava Jato do Rio de Janeiro” era “controlado por agentes públicos que apoiavam os Bolsonaro.”

A Furna da Onça é filhote da Lava Jato no Rio. O Ministério Público Federal apresentou, em 17 de outubro de 2018, entre o primeiro e o segundo turno da

eleição, os pedidos de prisões e de buscas. O juiz que autorizou a operação só depois da campanha, Abel Gomes, disse em um comunicado de agora que agiu para não interferir na eleição e em acordo com o MPF e a PF. Em 12 de novembro de 2018, quatro dias depois das prisões iniciais, os procuradores pediram a Gomes a conversão de algumas delas de temporárias, que têm prazo, em preventivas, sem prazo. E tascaram na requisição: “Houve indícios de que alguns investigados tiveram acesso a informações da Operação antes de ela ser deflagrada, o que provocou perdas no cumprimento dos mandados de busca e apreensão que eram considerados úteis para o melhor andamento das investigações”.

Flávio deve ter recebido a dica preciosa em algum momento entre 7 de outubro, dia do primeiro turno da eleição, e 15 de outubro. No dia 15, Queiroz foi demitido do gabinete de Flávio na Assembleia e sua filha Nathalia, exonerada do gabinete do então deputado Jair Bolsonaro em Brasília. Dia curioso esse 15 de outubro de 2018 no Rio. Então candidato, Bolsonaro foi ao Bope, tropa de elite da PM fluminense. Na mesma data, a Delegacia de Homicídios do estado

**QUEM DA PF TERIA
VAZADO A
INVESTIGAÇÃO
SOBRE QUEIROZ
PARA FLÁVIO
BOLSONARO? É
UMA DAS MUITAS
PERGUNTAS**



Queiroz e a filha, Nathalia, acabaram exonerados em 15 de outubro de 2018

recebeu uma denúncia anônima de que um ex-PM chamado “Lessa” seria o assassino da vereadora Marielle Franco, segundo uma notícia do *Globo* de 14 de março de 2019. Lessa é Ronnie Lessa, vizinho de Bolsonaro em um condomínio na Barra da Tijuca. Foi preso pelo assassinato em 12 de março de 2019 e, na hora, comentou que sabia que seria preso.

Quando noticiado, em outubro de 2019, que um porteiro do condomínio de Bolsonaro tinha dito à Polícia Civil fluminense que Lessa foi procurado no dia do assassinato pelo outro acusado da morte, o ex-PM Elcio Vieira, e que Vieira teria dado o nome do “seu Jair” para entrar, promotoras do Ministério Público estadual socorreram o presidente. Descartaram de cara o depoimento do porteiro. Uma delas, Carmen Eliza Bastos de Carvalho, tem foto com camiseta de Bolsonaro. Foi forçada a deixar o caso Marielle. Um colega, Cláudio Calo, precisou abrir mão, em fevereiro de 2019, de conduzir a investigação sobre as “rachadinhas” de Flávio e Queiroz. Motivo: em 30 de novembro de 2018,

reunira-se com Flávio, papo intermediado por amigos comuns.

As “rachadinhas” de Flávio e Queiroz apareceram em apurações da PF e do MPF, o núcleo da Lava Jato no Rio que auditores fiscais chamam de “bolsonarista” (o juiz federal Marcelo Bretas, que sonha em ser indicado ao Supremo por Bolsonaro, a integra), porém, quem cuida do caso hoje é o MP estadual. O relatório do Coaf que os auditores dizem ter sido feito para proteger Queiroz foi parar em um inquérito da PF no Rio que é sigiloso, mas chegou ao conhecimento do ex-PM. A defesa de Queiroz tentou, em agosto de 2019, obter uma cópia desse processo, segundo a *Folha de S. Paulo* da quinta-feira 21. O caso diz respeito à evasão de divisas por um advogado gaúcho. A juíza Adriana Cruz negou o pedido de Queiroz, pois o ex-PM não é investigado. Topou, contudo, dar-lhe uma cópia.

Como Queiroz soube, se o inquérito é sigiloso? Foi uma informação do delegado que comanda o inquérito, Acen

Amaral Vatef? E quem deu a dica preciosa a Flávio Bolsonaro? O principal policial da Furna da Onça é uma mulher, a delegada Xênia Ribeiro Soares, improvável ter sido ela, não se falou em informante feminina. Foi Alexandre Ramagem? Improvável também. Ele comandou a Operação Cadeia Velha, de novembro de 2017, sobre corrupção no Rio e que abasteceu a Furna da Onça, mas saiu do estado em abril de 2018 para trabalhar no RH na PF em Brasília. Ficou ali até se tornar chefe da segurança de Bolsonaro, logo após a eleição.

O advogado de Flávio Bolsonaro, Frederick Wassef, diz que seu cliente “jamais” teve informação privilegiada e que cabe a Paulo Marinho provar o contrário. O filho do presidente afirma que seu suplente “inventou” tudo, deveria ter revelado antes, se fosse verdade, e quer sua desgraça para um dia herdar a vaga de senador. O empresário emprestou sua casa no Rio para Jair Bolsonaro gravar propaganda eleitoral televisiva na eleição. Pulou fora do bolsonarismo em 2019 e agora é soldado do governador tucano de São Paulo, João Dória Jr, a quem defende como candidato a presidente em 2022. Vamos ver até onde irá o neotucano. •